

## O passo decisivo

A Constituinte e o Governo estão em confronto altamente perigoso, mas inevitável porque sua definição condicionará nosso futuro próximo. Enquanto o Governo se propõe, graças à visão dos ministros Mailson da Nóbrega e Batista de Abreu, modernizar a economia através da privatização de estatais ineficientes e desnecessárias, as esquerdas reacionárias, doutrinadas antes de Gorbachev, dominam a Constituinte e levam o País para uma economia isolacionista e de Estado. Esse sistema, hoje rejeitado por países comunistas como a Rússia e a China, mantém-se em Nações como Albânia e Cuba, cuja economia depende basicamente da ajuda externa.

Tal confronto ideológico-econômico estará subjacente na votação de hoje da Constituinte sobre reforma agrária. Qualquer cidadão bem-informado sabe que a agricultura, para apresentar resultados econômicos compensadores, tem de ser, atualmente, mecanizada, o que conduz ao latifúndio ou à produção coletiva. Os Estados Unidos têm uma pequena população no campo, mas sua produção agrícola é a maior do mundo exatamente pela mecanização.

A época do lavrador de enxada passou em quase todo o mundo, mas aqui resumimos a questão agrária à distribuição de terras. Não é. Sem assistência, sem recursos, mantendo a queima das matas como início da cultura, os com-terras terão mais difi-

culdades do que os sem-terras, beneficiados, em muitas vezes, com a revenda das áreas invadidas, denúncia sobre a qual ainda não se fez o levantamento devido.

A desapropriação das terras improdutivas, abandonadas, adquiridas para especulação imobiliária, é justa, pois o direito de propriedade tem limitações. Contudo, desapropriar a área trabalhada é levandade, pois desestimulará a produção e agravará as dificuldades. O Estado tem a obrigação de ajudar os que trabalham, não a de punilos.

A votação da reforma agrária poderá desestimular a produção agrícola, exatamente neste momento em que o ministro Iris Rezende anuncia, com orgulho, estarmos superando a barreira dos sessenta milhões de toneladas de grãos. Aumentar o conflito existente no campo, onde lavradores e fazendeiros cometem os mesmos delitos, será uma irresponsabilidade. Em vez de agitação demagógica, o que se precisa é de uma justiça agrária que impeça os abusos e promova a paz nos campos, com justiça.

A decisão de hoje da Constituinte dirá o que nos aguarda o futuro. Após a reforma agrária virá a questão médica onde se pretende proibir que os médicos tenham consultórios a pretexto de uma falsa igualdade. Depois dos médicos virão as escolas e terminaremos como Albânia e Cuba, onde o povo está muito feliz porque já pode ver TV em cores.